

Documento:646577

Poder Judiciário

JUSTIÇA ESTADUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

GAB. DO DES. PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO

Restituição de Coisas Apreendidas (Processo originário em Meio Físico) Nº
0011294-07.2022.8.27.2700/TO

RELATOR: Desembargador PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO

AUTOR: DIEGO OLIVEIRA COIMBRA

ADVOGADO: MARLA CRISTINA LIMA SOUSA (OAB TO005749)

RÉU: POLÍCIA CIVIL/TO

MP: MINISTÉRIO PÚBLICO

VOTO

EMENTA. PENAL E PROCESSUAL PENAL. MEDIDA CAUTELAR DECRETADA
ORIGINARIAMENTE NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE COISA
APREENDIDA. ARTIGO 118 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL
DO MINISTÉRIO PÚBLICO. VEÍCULO NÃO INTERESSA AO PROCESSO E NÃO É OBJETO OU
INSTRUMENTO DO CRIME. COMPROVAÇÃO DA PROPRIEDADE JUNTADA AO REQUERIMENTO.
PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DEFERIDO.

1. A restituição das coisas apreendidas somente pode ocorrer quando não
mais interessarem ao processo, conforme preceitua o art. 118 do Código de
Processo Penal.
2. No caso dos autos, o titular da ação penal manifestou-se favoravelmente
ao pedido de restituição. Como exposto pela Procuradoria de Justiça,
“restou evidente que o veículo não interessa ao processo, bem como não é

objeto ou instrumento do crime, não sendo confiscável, além de haver comprovação da propriedade, sendo razoável e proporcional admitir a sua restituição”.

3. Pedido de restituição deferido.

Trata-se de PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE COISA APREENDIDA autuado em apartado, formulado por DIEGO OLIVEIRA COIMBRA, nos termos do art. 120, § 1º, do Código de Processo Penal – referente ao veículo, da marca CHEVROLET, modelo GM/CELTA SPIRIT/LT 1.0, de cor BRANCA, ano/modelo 2010/2011, placa de identificação MWP 6G29, chassi 9BGRX48F0BG259512 –, relacionado ao INQUÉRITO POLICIAL N. 0005059-24.2022.8.27.2700, instaurado para apurar a suposta prática dos crimes de peculato, integração de organização criminosa e lavagem de dinheiro cometido.

Admito o incidente.

A restituição das coisas apreendidas somente pode ocorrer quando não mais interessarem ao processo, conforme preceitua o art. 118 do Código de Processo Penal.

No caso dos autos, o titular da ação penal manifestou-se favoravelmente ao pedido de restituição. Como exposto pela Procuradoria de Justiça, “restou evidente que o veículo não interessa ao processo, bem como não é objeto ou instrumento do crime, não sendo confiscável, além de haver comprovação da propriedade, sendo razoável e proporcional admitir a sua restituição”.

ANTE O EXPOSTO, voto no sentido de DEFERIR o pedido de restituição do veículo Chevrolet Celta, placa MWP6G29, ao requerente DIEGO OLIVEIRA COIMBRA, devidamente qualificado nos autos, ante a comprovação da propriedade e o não interesse do veículo ao processo.

Documento eletrônico assinado por PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO, Relator, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 5, de 24 de outubro de 2011. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico <http://www.tjto.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador 646577v2 e do código CRC a4588062. Informações adicionais da assinatura: Signatário (a): PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO Data e Hora: 3/11/2022, às 17:47:36

0011294-07.2022.8.27.2700

646577 .V2

Documento:646580

Poder Judiciário

JUSTIÇA ESTADUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

GAB. DO DES. PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO

Restituição de Coisas Apreendidas (Processo originário em Meio Físico) Nº 0011294-07.2022.8.27.2700/TO

RELATOR: Desembargador PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO

AUTOR: DIEGO OLIVEIRA COIMBRA

ADVOGADO: MARLA CRISTINA LIMA SOUSA (OAB TO005749)

RÉU: POLÍCIA CIVIL/TO

MP: MINISTÉRIO PÚBLICO

PENAL E PROCESSUAL PENAL. MEDIDA CAUTELAR DECRETADA ORIGINARIAMENTE NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE COISA APREENDIDA. ARTIGO 118 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. VEÍCULO NÃO INTERESSA AO PROCESSO E NÃO É OBJETO OU INSTRUMENTO DO CRIME. COMPROVAÇÃO DA PROPRIEDADE JUNTADA AO REQUERIMENTO. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DEFERIDO.

1. A restituição das coisas apreendidas somente pode ocorrer quando não mais interessarem ao processo, conforme preceitua o art. 118 do Código de Processo Penal.

2. No caso dos autos, o titular da ação penal manifestou-se favoravelmente ao pedido de restituição. Como exposto pela Procuradoria de Justiça, “restou evidente que o veículo não interessa ao processo, bem como não é objeto ou instrumento do crime, não sendo confiscável, além de haver comprovação da propriedade, sendo razoável e proporcional admitir a sua restituição”.

3. Pedido de restituição deferido.

ACÓRDÃO

Sob a Presidência do DESEMBARGADOR JOÃO RIGO GUIMARÃES o Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins decidiu, por unanimidade, DEFERIR o pedido de restituição do veículo Chevrolet Celta, placa MWP6G29, ao requerente DIEGO OLIVEIRA COIMBRA, devidamente qualificado nos autos, ante a comprovação da propriedade e o não interesse do veículo ao processo, nos termos do voto do (a) Relator (a).

PROCURADOR LUCIANO CESAR CASAROTI.

Palmas, 03 de novembro de 2022.

Documento eletrônico assinado por PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO,

Relator, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 5, de 24 de outubro de 2011. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico <http://www.tjto.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador 646580v4 e do código CRC cccba9d0. Informações adicionais da assinatura: Signatário (a): PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO Data e Hora: 8/11/2022, às 18:58:52

0011294-07.2022.8.27.2700

646580 .V4

Documento:645663

Poder Judiciário

JUSTIÇA ESTADUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

GAB. DO DES. PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO

Restituição de Coisas Apreendidas (Processo originário em Meio Físico) Nº
0011294-07.2022.8.27.2700/TO

RELATOR: Desembargador PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO

AUTOR: DIEGO OLIVEIRA COIMBRA

ADVOGADO: MARLA CRISTINA LIMA SOUSA (OAB TO005749)

RÉU: POLÍCIA CIVIL/TO

MP: MINISTÉRIO PÚBLICO

RELATÓRIO

Adoto como relatório a parte expositiva do parecer ministerial (evento 10), verbis:

[...] Trata-se de pedido de restituição de coisa apreendida autuado em apartado, nos termos do art. 120 0, § 1º, do Código de Processo Penal l, relacionado ao Inquérito Policial n. 0005059-24.2022.8.27.2700, instaurado para apurar a suposta prática dos crimes de peculato, integração de organização criminosa e lavagem de dinheiro cometido, em tese, por Diego Oliveira Coimbra e outros.

Por meio de advogado, o investigado Diego Oliveira Coimbra apresentou pedido de restituição de bem apreendido: 01 (um) veículo automotivo, da marca CHEVROLET, modelo GM/CELTA SPIRIT/LT 1.0, de cor BRANCA, ano/modelo 2010/2011, placa de identificação MWP 6G29, chassi 9BGRX48F0BG259512 (evento 1).

Abriu-se vista a Procuradoria-Geral de Justiça. (evento 7) [...].

Com vista, o Órgão de Cúpula Ministerial emitiu parecer em 28/09/2022, evento 10, manifestando-se “pelo deferimento do pedido de restituição do veículo Chevrolet Celta, placa MWP6G29, ante a comprovação da propriedade e o não interesse do veículo ao processo”.

É o relatório. Em mesa para julgamento.

Documento eletrônico assinado por PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO, Relator, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 5, de 24 de outubro de 2011. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico <http://www.tjto.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador 645663v2 e do código CRC 16db402a. Informações adicionais da assinatura: Signatário (a): PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO Data e Hora: 14/10/2022, às 18:41:2

0011294-07.2022.8.27.2700

645663 .V2

Extrato de Ata

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

EXTRATO DE ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 03/11/2022

Restituição de Coisas Apreendidas (Processo originário em Meio Físico) Nº 0011294-07.2022.8.27.2700/TO

RELATOR: Desembargador PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO

PRESIDENTE: Desembargador JOÃO RIGO GUIMARÃES

PROCURADOR (A): LUCIANO CESAR CASAROTI

AUTOR: DIEGO OLIVEIRA COIMBRA

ADVOGADO: MARLA CRISTINA LIMA SOUSA (OAB TO005749)

RÉU: POLÍCIA CIVIL/TO

MP: MINISTÉRIO PÚBLICO

Certifico que o TRIBUNAL PLENO, ao apreciar os autos do processo em epígrafe, proferiu a seguinte decisão:

O TRIBUNAL PLENO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, DEFERIR O PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DO VEÍCULO CHEVROLET CELTA, PLACA MWP6G29, AO REQUERENTE DIEGO OLIVEIRA COIMBRA, DEVIDAMENTE QUALIFICADO NOS AUTOS, ANTE A COMPROVAÇÃO DA PROPRIEDADE E O NÃO INTERESSE DO VEÍCULO AO PROCESSO AUSENTE A DESEMBARGADORA ETELVINA MARIA SAMPAIO FELIPE.

RELATOR DO ACÓRDÃO: Desembargador PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO

Votante: Desembargador PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO

Votante: Desembargador ADOLFO AMARO MENDES

Votante: Desembargadora ANGELA ISSA HAONAT

Votante: Juiz JOCY GOMES DE ALMEIDA

Votante: Juiz JOSÉ RIBAMAR MENDES JÚNIOR

Votante: Desembargador MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS

Votante: Desembargadora JACQUELINE ADORNO DE LA CRUZ BARBOSA

Votante: Desembargadora ANGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE

Votante: Desembargador EURÍPEDES LAMOUNIER

Votante: Desembargadora MAYSA VENDRAMINI ROSAL

WAGNE ALVES DE LIMA

Secretário